



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
-----------	-------------------	---------------------------	---------	-------------------------	--------------------	---------

30000 Ministério da Justiça

0699 ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA

GERENTE: JOSÉ FERREIRA LIMA

Objetivo: Prestar assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça

1783 (P) IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Produto:	SERVICO IMPLANTADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	43,0	43,0	100,0 %	20,0	30,0	150,0 %
Financeiro	5.687.642	5.687.642	100,0 %	4.400.000	4.164.358	94,6 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça - Ministério da Justiça (0001) Físico (30,0) Financeiro (R\$ 4.164.358)
Ação vital para o fortalecimento da Defensoria Pública da União nos Estados, para a prestação de assistência jurídica ao cidadão.

2725 (A) PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO CIDADÃO

Produto:	PESSOA ASSISTIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	157.827,0	157.827,0	100,0 %	55.000,0	133.730,0	243,1 %
Financeiro	14.759.119	14.759.119	100,0 %	8.650.000	5.463.268	63,2 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça - Ministério da Justiça (0001) Físico (133.730,0) Financeiro (R\$ 4.928.419)
Levando em consideração os resultados obtidos nesta ação em 2002, é notório o crescimento da demanda de assistidos gratuitamente pela Defensoria Pública da União em 2003.
Apoio à Defensoria Pública do Distrito Federal - Ministério da Justiça (0006) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 534.849)
Projeto apresentado pela Defensoria Pública do Distrito Federal com atraso. Sendo iniciado os tramites para procedimentos licitatórios destinados a aquisição de equipamentos somente no mês de dezembro de 2003.

0696 ATENDIMENTO E LEGALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO PAÍS

GERENTE: IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

Objetivo: Regularizar o ingresso e permanência de estrangeiros no País

4275 (A) CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ESTRANGEIRO

Produto:	CENTRAL MANTIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	23.924,0	23.924,0	100,0 %	1,0	23.921,0	2.392.100,0 %
Financeiro	490.460	348.776	71,1 %	200.000	6.980	3,5 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça - Ministério da Justiça (0001) Físico (23.921,0) Financeiro (R\$ 6.980)
Os valores dos dados físicos informados na previsão inicial é de 1 (um) no mês de janeiro e de zero nos demais meses, tendo em vista a necessidade do valor total ser igual ao da LOA/2003, porém nossa previsão quando da aprovação do PPA 2000/2003 era de 2000 informações por mês, variando entre telefonemas, e-mails e atendimentos pessoais.

3812 (P) DIGITALIZAÇÃO DOS REGISTROS HISTÓRICOS DE NATURALIZAÇÃO

Produto:	REGISTRO DIGITALIZADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	300.000,0	128.733,0	42,9 %	42.857,0	71.566,0	167,0 %
Financeiro	447.000	369.804	82,7 %	60.000	20.650	34,4 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça - Ministério da Justiça (0001) Físico (71.566,0) Financeiro (R\$ 20.650)
Os valores dos dados físicos informados na previsão inicial mês a mês foram de 3571, de janeiro a novembro e de 3576 em dezembro, tendo em vista a necessidade do valor total corresponder à LOA/2003, porém quando da aprovação do PPA - 2000/2003, a previsão era para serem digitalizados 211.966 documentos (unidades), entretanto, na LOA/2003 foi registrado apenas 42.857. Esclarecendo que as previsões iniciais dos anos anteriores constaram:
2000: 200 mil documentos (unidades)
2001: 34 mil documentos (unidades)
2002: 57.142 documentos (unidades).

1734 (P) EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MANUAIS SOBRE DIREITOS E OBRIGAÇÕES PARA ESTRANGEIROS

Produto:	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	27.800,0	2.027,0	7,3 %	8.000,0	0,0	0,0 %
Financeiro	114.000	58.325	51,2 %	40.000	2.400	6,0 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça - Ministério da Justiça (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 2.400)
O processo de licitação já foi autuado e encontra-se em trâmite objetivando a edição de 5.000 (cinco mil) exemplares de "A EXTRADIÇÃO" e 5.000 (cinco mil) exemplares de "TRANSFERÊNCIA DE PRESOS", aguardando-se a conclusão do processo para o mês de janeiro de 2004. Consta na LOA/2003 a edição de 8.000(oito mil) unidades, porém a previsão é de 10.000(dez mil) unidades.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não Orçamentária GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
-----------	-------------------	---------------------------	---------	-------------------------	--------------------	---------

30000 Ministério da Justiça

4520 (A) EXECUÇÃO DE MEDIDAS COMPULSÓRIAS DE EXTRADIÇÃO DE ESTRANGEIROS

Produto: ESTRANGEIRO REMOVIDO

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	3.569,0	3.569,0	100,0 %	6,0	2.935,0	48.916,7 %
Financeiro	276.000	16.464	6,0 %	20.000	0	0,0 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça - Ministério da Justiça (0001) Físico (2.935,0) Financeiro (R\$ 0)
Os valores dos dados físicos informados na previsão inicial é de 1 (um) nos meses de janeiro a junho e de zero nos demais meses, tendo em vista a necessidade de o valor total ser igual ao da LOA/2003, porém nossa previsão quando da aprovação do PPA 2000/2003 era de 200 processos por mês.

1752 (P) IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL DE ATENDIMENTO AOS ESTRANGEIROS

Produto: CENTRAL INSTALADA

Unidade de Medida:

% DE EXECUCAO FISICA

Físico	100,0	91,0	72,8 %	9,0	9,0	100,0 %
Financeiro	158.000	80.373	50,9 %	50.000	0	0,0 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça - Ministério da Justiça (0001) Físico (9,0) Financeiro (R\$ 0)
Os valores dos dados físicos informados na previsão inicial é igual a 1 (um) nos meses de janeiro a setembro e de zero nos demais meses, tendo em vista a necessidade do valor total ser igual ao da LOA/2003, porém nossa previsão era de implementar a Central de Atendimento e colocá-la em funcionamento até o final do ano.

2728 (A) REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ESTRANGEIROS

Produto: ESTRANGEIRO REGULARIZADO

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	66.967,0	66.967,0	100,0 %	642,0	46.632,0	7.263,6 %
Financeiro	2.204.000	131.158	6,0 %	80.000	19.662	24,6 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça - Ministério da Justiça (0001) Físico (46.632,0) Financeiro (R\$ 19.662)
Os valores dos dados físicos informados na previsão inicial nos meses de janeiro a setembro foram de 53, e de outubro a dezembro foram de 55, tendo em vista a necessidade de o valor total corresponder à LOA/2003, porém nossa previsão quando da aprovação do PPA 2000/2003 era de 4.000 processos por mês.

0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

GERENTE: NEIDE ALVES ALMEIDA ALVARENGA

Objetivo: Combater a criminalidade de competência federal

2720 (A) OPERAÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO

Produto: OPERACAO REALIZADA

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	393,0	393,0	100,0 %	354,0	0,0	0,0 %
Financeiro	8.130.975	8.130.975	100,0 %	3.445.000	3.281.522	95,3 %

Comentários:

Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 3.281.522)

2722 (A) OPERAÇÕES ESPECIAIS E EMERGENCIAIS

Produto: OPERACAO REALIZADA

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	1.165,0	117,0	10,0 %	28,0	0,0	0,0 %
Financeiro	15.467.510	11.199.980	72,4 %	3.000.000	1.843.977	61,5 %

Comentários:

Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 1.843.977)

2726 (A) PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES ORGANIZADOS E CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO

Produto: ACAO POLICIAL REALIZADA

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	65.348,0	55.471,0	84,9 %	2.634,0	0,0	0,0 %
Financeiro	210.492.404	124.373.988	59,1 %	22.000.000	14.870.438	67,6 %

Comentários:

Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 14.870.438)

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
-----------	-------------------	---------------------------	---------	-------------------------	--------------------	---------

Ação:

30000 Ministério da Justiça

0697 DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

GERENTE: ALEXANDRE CARNEIRO PEREIRA

Objetivo: Assegurar os direitos do consumidor

6067 (A) APOIO A PROJETOS DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

Produto:	PROJETO APOIADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	45,0	45,0	100,0 %	6,0	26,0	433,3 %
Financeiro	6.814.311	6.814.311	100,0 %	5.000.000	3.467.488	69,3 %

Comentários:

Nacional - Fundo de Defesa de Direitos Difusos - Fundo de Defesa de Direitos Difusos (0001) Físico (26,0) Financeiro (R\$ 3.467.488)
O apoio aos projetos apresentados ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos propiciou a educação e a conscientização dos cidadãos, comunidades quanto ao respeito ao consumidor, ao patrimônio social, ecológico, artístico, histórico e turístico. Propiciou ainda o fortalecimento de órgãos públicos e entidades, por meio de estruturação administrativa, para uma atuação efetiva junto aos cidadãos e comunidades específicas.
Os resultados alcançados neste ano de 2003 demonstram não só a superação em relação à meta prevista para este ano, mas também quanto às metas para cada um dos outros 3 (três) anos do PPA 200-2003. Isso foi possível, devido ao novo compromisso assumido pelo FCDD neste governo o que permitiu outra configuração no desenvolvimento das atividades e, conseqüentemente, na superação das metas estipuladas.

1756 (P) CAPACITAÇÃO DE AGENTES E TÉCNICOS DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Produto:	AGENTE CAPACITADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	1.316,0	1.316,0	100,0 %	379,0	538,0	142,0 %
Financeiro	496.385	496.385	100,0 %	250.000	115.290	46,1 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça - Ministério da Justiça (0001) Físico (538,0) Financeiro (R\$ 115.290)
A qualificação dos agentes e técnicos de órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor fortalece a atuação desses órgãos junto aos cidadãos e consumidores que terão uma prestação de serviço mais efetiva e concreta no atendimento aos seus direitos.
A execução além dos resultados previstos para esta ação reflete o empenho desta gestão na integração do DPDC com os órgãos e entidades de Defesa do Consumidor visando à qualificação destes na defesa da cidadania e do consumidor.

1811 (P) PROMOÇÃO DE EVENTOS SOBRE DIREITOS DO CONSUMIDOR

Produto:	EVENTO REALIZADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	23,0	23,0	100,0 %	7,0	9,0	128,6 %
Financeiro	414.785	414.785	100,0 %	350.000	188.532	53,9 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça - Ministério da Justiça (0001) Físico (9,0) Financeiro (R\$ 188.532)
O fomento das discussões relativas aos direitos e deveres do consumidor nos espaços de discussão nacional e internacional propiciou a elaboração de propostas e diretrizes de atuação por parte do Departamento e dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, principalmente no que concerne aos novos parâmetros de controle social na reformulação de marcos regulatórios para prestação de serviços essenciais.
Constata-se, para esta ação, um resultado de execução excelente, uma vez que o programado para este ano foram 7 (sete) eventos, sendo que o Departamento, logrou promover, no total, 9 (nove) eventos relativos à defesa do consumidor, sendo 7 (sete) realizados diretamente e 2 (dois) apoiados.

0695 DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

GERENTE: FRANCISCO ROGERIO LIMA DA SILVA

Objetivo: Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência

2806 (A) INSTRUÇÃO DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Produto:	PROCESSO INSTRUIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	3.947,0	2.725,0	69,0 %	2.000,0	854,0	42,7 %
Financeiro	4.835.788	4.835.788	100,0 %	2.000.000	203.832	10,2 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça - Ministério da Justiça (0001) Físico (854,0) Financeiro (R\$ 203.832)
Houve uma falha na determinação da previsão inicial da execução física dessa ação que não pôde ser corrigida no processo de revisão do Plano. O valor correto para a previsão física total deveria ser de 690. Ainda assim a previsão estaria distante do realizado, uma vez que o total de 854 alcançado foi resultado da Correição Geral Extraordinária ocorrida na Secretaria de Direito Econômico e determinada pelo Secretário desta unidade.

2807 (A) JULGAMENTO DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E CONSULTAS

Produto:	PROCESSO JULGADO/IMPLEMENTADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	2.024,0	2.024,0	100,0 %	400,0	581,0	145,3 %
Financeiro	1.233.315	816.450	66,2 %	200.000	0	0,0 %

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
Ação:						

30000 Ministério da Justiça

Comentários:

Nacional - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Conselho Administrativo de Defesa Econômica (0001) Físico (581,0) Financeiro (R\$ 0)
A implementação do rito sumário para a análise de atos de concentração teve como um dos resultados o tempo médio de julgamento desses expedientes no Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Dessa forma, foi possível aumentar o número de atos de concentração julgados pelo CADE.

0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS

GERENTE: VLADINEI TADEU DA SILVA

Objetivo: Garantir a assistência e promover o etnodesenvolvimento das comunidades indígenas

1712 (P) CAPACITAÇÃO DE INDÍGENAS E TÉCNICOS DE CAMPO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES AUTO-SUSTENTÁVEIS EM TERRAS INDÍGENAS

Produto: PESSOA CAPACITADA

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	1.736,0	1.736,0	100,0 %	180,0	501,0	278,3 %
Financeiro	2.113.040	1.322.825	62,6 %	460.000	247.480	53,8 %

Comentários:

Nacional - Fundação Nacional do Índio - FUNAI - Fundação Nacional do Índio - FUNAI (0001) Físico (501,0) Financeiro (R\$ 247.480)
Esta Ação tem dado condições para que os índios e Técnicos que atuam diretamente nas Terras Indígenas possam ter acesso ao conhecimento e informações que os possibilitem maximizar a gestão de recursos naturais nelas existentes, bem como viabilizar o fortalecimento do processo de organização interna das comunidades de forma a torná-las auto-suficientes em demandas que antes eram supridas por terceiros. E para isso, torna-se necessário o incremento de recursos na qualificação e capacitação dos Técnicos. Assim, do início do corrente ano, até meados de julho, observa-se que o valor estimado de pessoa a ser capacitada foi alcançado. Com o saldo de recursos estaremos dando continuidade ao processo de capacitação.

Memorando nº 406/CGDC-03, de 26 de dezembro de 2003,

CAPACITAÇÃO DE INDÍGENAS E DE TÉCNICOS DE CAMPO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES AUTO-SUSTENTÁVEIS EM TERRAS INDÍGENAS:

Com um total de 45 pessoas capacitadas em novembro e em dezembro
, este PTRES / Ação alcançou um total de 178 pessoas neste Exercício, também bastante próximo da meta prevista para 2003, o que também veio restaurar o equilíbrio entre meta física alcançada e volume de recursos descentralizados. Esta ação tem se verificado de extrema importância, o que pode ser verificado na receptividade das Comunidades Indígenas e dos Técnicos de campo quando da realização dos eventos de Capacitação; além disto, com a realização de eventos de capacitação em Meliponicultura e em Apicultura, no formato que tem acontecido, encontrou-se na verdade uma outra forma de implantar projetos produtivos ao mesmo tempo em que se ministra o treinamento a um custo de implantação muito reduzido. Os eventos de capacitação em Meliponicultura e em Apicultura que estão sendo conduzidos pela Coordenação Geral de Desenvolvimento Comunitário consistem em se fornecer de imediato um módulo de produção mínimo contendo os insumos, equipamentos e as caixas onde se criam as abelhas, ministrando os ensinamentos ao mesmo tempo em que se monta o módulo, de forma que os treinandos (índios e técnicos de campo) se responsabilizam por aquele módulo, em regime de cooperação, se responsabilizando também pela sua operacionalização.Obs.: Há diferença entre os dados quantitativos e o texto acima, que serão dirimidos somente no retorno do responsável - CGDC, do período de férias regulares.

	CURSOS IMPLEMENTADOS	UF	TERRA INDÍGENA/AER	
01	Manejo sobre adubação orgânica e		implantação de viveiros	SP Aldeias Renascer e Piaçaguera
02	Criação de abelhas sem ferrão	MT	Kapot-JarinaAldeia Piaragu	
03	Cultivo de palmeiras e plantio de palmitos	PR	AER Curitiba	
04	Capacitação de associações indígenas	SC	Morro dos Cavalos, Pindoty e Morro Alto	
05	Criação de abelhas sem ferrão	GO	AER Goiânia	
06	Agentes cadastradores para o Governo Federal	PR	AER Guarapuava	
07	Capacitação de lideranças indígenas na área de atv. Produtivas e org. social	PA	Munduruku	
08	Uso de máquinas de costura e equipamentos de panificação	MA	NAL KANELA	
09	Criação de abelhas sem ferrão	RO	AER Porto velho	
10	Caprinocultura e Ovinocultura	PE	AER Recife	
11	Avicultura, piscicultura e agricultura	AM	AER São Gabriel da Cachoeira	
12	Psicultura e apicultura	AM	AER São Gabriel da Cachoeira	
13	Gestão da TI Alto Turiaçu	MA	Alto Turiaçu	
14	Capacitação de lideranças indígenas	MT	AER Tangara da Serra	
15	Beneficiamento de mandioca	MT	AER Tangará da Serra	
16	Criação de abelhas 1a. fase	MT	Xingu	
17	Criação de abelhas 2a. fase	MT	Xingu	
18	Sustentabilidade de recursos naturais	MT	Xingu	
19	Capacitação de associações indígenas	MT	Xingu	

memo. 101/CGDC-04, de 03 de fevereiro de 2004 (IT n.º 08/CGDC/2004, retifica o total da meta física atingida é de 286 pessoas capacitadas. memo. 153/CGDC, de 26 de fevereiro de 2004, alterando meta física de dez/2003 em resposta ao memo. circular n.º 008/ETNO, de 04 de fevereiro/2004

2711 (A) FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS EM ÁREAS INDÍGENAS

Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	161.341,0	110.606,0	68,6 %	34.107,0	42.489,0	124,6 %
Financeiro	38.148.985	33.807.988	88,6 %	10.550.000	10.279.612	97,4 %

Comentários:

Nacional - Fundação Nacional do Índio - FUNAI - Fundação Nacional do Índio - FUNAI (0001) Físico (42.139,0) Financeiro (R\$ 10.178.910)
Verifica-se que o maior objetivo da Ação é manter as comunidades indígenas que habitam determinada Terra Indígena em níveis satisfatórios de segurança alimentar através do apoio ao plantio de culturas tradicionais de forma a gerar renda com o excedente de produção, fomentar o desenvolvimento de projetos de caráter sustentável, aspecto social, cultural e econômico e ambiental de forma a aproveitar a tecnologia simples do índio e introduzindo novas tecnologias alternativas. No atendimento às famílias, foi possível chegar a um percentual de aproximadamente 49%, retendo para os meses de agosto a dezembro/03 51%.

Memorando n º 406/CGDC/03, de 26 de dezembro de 2003 -

FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS EM TERRAS INDÍGENAS / NACIONAL:

Mesmo que não seja o mais importante PTRES / Ação na FUNAI, possui grande visibilidade não somente por envolver um dos maiores volumes de recursos orçamentário-financeiros – para os padrões da FUNAI – mas por ter consequências imediatas nos aspectos sociais, culturais, tecnológicos, ambientais, legais, políticos e econômicos na vida dos povos indígenas, posto que se trata do uso dos recursos naturais de suas Terras, ocorrendo de forma mais ou menos organizada, segundo diferentes padrões tecnológicos, influenciando na dieta alimentar das Comunidades e nos seus costumes, nas suas relações internas e com o meio externo, na sua interação com os não índios e na sua economia. Daí a dificuldade em se lidar com o tema, posto que é senso comum que basta produzir alimento ou outro produto

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não Orçamentária GERENTES ATÉ 31/12/2003
Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
Ação:						

30000 Ministério da Justiça

agrícola; no entanto, o conjunto de impactos gerados pela produção, conforme a organização em que se dá a produção, a tecnologia utilizada, a apropriação e a redistribuição da produção e da renda gerada na Comunidade, são condicionantes que devem ser observados e administrados pela Comunidade e pela equipe técnica, no âmbito de um Plano de Trabalho previamente consensado. Como parte deste Plano, um sistema participativo de planejamento e de avaliação deve ser implantado de forma a facilitar – e até medir – o desenvolvimento alcançado.

Durante o Exercício 2003, pelos números, verifica-se um equilíbrio entre meta física alcançada e recursos descentralizados; ocorreu ainda um reforço no orçamento deste PTRES / Ação ao final do período por meio de um remanejamento de recursos de outro Setor, justamente naquele período de maior intensidade nas tarefas previstas nos Calendários Agrícolas de boa parte das regiões, ou seja, o período de plantio da Safra 2003 / 2004 nas regiões Centro-Oeste, sul da região Norte, região Sul e primeira Safra na região Nordeste. No entanto esse volume de recursos, ao final dos prazos legais para os procedimentos administrativos vem muitas vezes provocar sua má utilização para que não se corra o risco de devolução. Porém não devemos nos enganar, já que o volume de recursos à disposição nem de perto alcança o montante necessário para que as demandas sejam satisfeitas.

É neste contexto que entram as observações registradas no Relatório Preliminar de Auditoria de Natureza Operacional do Tribunal de Contas da União realizado no período de 06 a 19 de junho de 2002 do qual se tira de conclusão, anteriormente já do conhecimento do Corpo Técnico desta Coordenação Geral de Desenvolvimento Comunitário, de que não é suficiente um incremento no montante de recursos à disposição para os PTRES / Ações anteriormente citados, mas sim é urgente que se crie um ambiente técnico-operacional e político-institucional para que as ações se desenvolvam: adoção de planejamento, execução e avaliação participativos; definição criteriosa de alocação de recursos; criação de sistema transparente de descentralização orçamentário-financeira; definição de normas e de procedimentos do conhecimento de todos os atores – índios, técnicos e Direção da FUNAI.

Este PTRES / Ação também carece de um melhor acompanhamento onde fiquem caracterizados os benefícios alcançados na realidade, segundo as atividades realizadas, não se restringindo apenas a atividades agropecuárias e extrativistas, mas ampliando para outras atividades a depender da demanda dos povos indígenas.

PROJETOS ALTERNATIVOS

Adm. Exec. Regional Altamira/PA: Extrativismo;
Adm. Exec. Regional Atalaia do Norte/AM: Aquisição motores de centro para embarcação (escoar produção);
Adm. Exec. Regional Bauru/SP: Plantação de Pupunha e Cereais;
Adm. Exec. Regional Boa Vista/RR: Criação de Pequenos Animais;
Adm. Exec. Regional Eunápolis/BA: Limpeza das Lavouras Cacauzeiras;
Adm. Exec. Regional Guarapuava/PR: Fortalecimento Lavouras Comunitárias e Familiares por aldeias (arroz, feijão e milho);
Núcleo de Apoio Kanela/MA: Criação de Ema;
Adm. Exec. Regional Redenção/PA: Beneficiamento do Oleo da Castanha do Pará;
Adm. Exec. Regional Tabatinga/AM: Kit para produção de farinha;
Adm. Exec. Regional Tangará da Serra/MT: Farinha.

Memo. n.º 153/CGDC, de 26 de fevereiro de 2004 alterando meta física de dez/2003 em resposta ao memo. circular n.º 008/ETNO, de 04 de fevereiro/2004.

no Estado de Roraima - Fundação Nacional do Índio - FUNAI - Fundação Nacional do Índio - FUNAI (0008) Físico (50,0) Financeiro (R\$ 40.042)

Trata-se de uma emenda Parlamentar n.º 23190006 - Senador Morazildo Cavalcanti. Foi solicitado informações (e-mail 24/10/2003) à Administração Executiva Regional de Boa Vista, quanto a execução.

Foi enviado e-mail às AER BOA VISTA em 23 de dezembro de 2003, solicitando as metas físicas e resultados atingidos, no entanto, encontra-se fechada pelos índios a Administração Executiva Regional Boa Vista/RR., nos últimos dias, permanecendo até a presente data (06 de janeiro de 2004), ficando assim impossibilitado fornecer qualquer informação.

Protocolo de FAC-SIMILE N.º 22/GAB, de 26 de fevereiro de 2004. Atendimento a famílias da Terra Indígena Serra da Moça, nas Comunidades Indígenas Seta da Moça, Serra Truaru e Morcego, de etnias Wapixana e Macuxi, as quais terão a produção de farinha de mandioca otimizada a partir do referido atendimento.

Apoio às atividades indígenas da tribo dos Xucurus em Pesqueira - PE - Fundação Nacional do Índio - FUNAI (0012) Físico (300,0) Financeiro (R\$ 60.660)

Trata-se de uma Emenda Parlamentar de n.º 32040014 do Deputado do Partido dos Trabalhadores de Pernambuco o Exmo. Sr. Fernando Ferro notificado à FUNAI conforme Of. n.º 099/03 Câmara dos Deputados GAB DEP Fernando Ferro, de 27 de maio de 2003. Descentralizado o orçamento através da NC 004362 em 08 DE AGOSTO/2003 à Administração Executiva Regional de Recife.

Memorando n.º 406/CGDC/03, de 26 de dezembro de 2003 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS EM TERRAS INDÍGENAS / ESTADO DE PERNAMBUCO EM APOIO ÀS ATIVIDADES INDÍGENAS DA TRIBO DOS XUCURU DE PESQUEIRA:

Trata-se de recursos provenientes de Emenda Parlamentar onde uma pequena parte já foi utilizada (da ordem de 2,38%), porém devido aos constantes conflitos envolvendo os próprios índios, na verdade não foi possível ao corpo técnico da Administração Regional de Recife desenvolver os trabalhos para que projeto(s) seja(m) implantado(s).

Foi enviado e-mail às AER RECIFE/PE em 23 de dezembro de 2003, solicitando as metas físicas e resultados atingidos. Estamos aguardando resposta (06/01/2004). FAX S/Nº AER RECIFE, de 26 de fevereiro de 2004 informando metas físicas de 2003.

0664 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

GERENTE: PAULO TORRES

Objetivo: Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal

1245 (P) CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Produto:	SEDE CONSTRUÍDA COM 8.750 M2	Unidade de Medida:	% DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	100,0	73,2	73,2 %	58,0	41,2	71,0 %
Financeiro	12.280.941	12.280.941	100,0 %	6.227.000	6.224.443	100,0 %

Comentários:

No Município de Vitória - ES - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal (0101) Físico (41,2) Financeiro (R\$ 6.224.443)

Data do término do contrato - 23.06.04

Total de execução até a presente data de 65,08% para um total geral de 109,46%.

1247 (P) CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Produto:	SEDE CONSTRUÍDA COM 7.010 M2	Unidade de Medida:	% DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	100,0	42,3	42,3 %	27,0	22,3	82,7 %
Financeiro	6.015.000	4.944.500	82,2 %	2.544.500	2.544.500	100,0 %

Comentários:

No Município de Natal - RN - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal (0101) Físico (22,3) Financeiro (R\$ 2.544.500)

Data do término do contrato - 18.09.04.

Execução até a presente data 42,95% para um total geral de 111,40% com termo aditivo.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Anexo

Balanço Geral da União

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

30000 Ministério da Justiça

7079 (P) CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA FEDERAL (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA)

Produto: UNIDADE CONSTRUÍDA/ AMPLIADA Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	103,0	13,0	12,6 %	3,0	2,0	66,7 %
Financeiro	51.650.000	32.214.994	62,4 %	17.500.000	14.122.980	80,7 %

Comentários:

Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal (0001) Físico (2,0) Financeiro (R\$ 14.122.980)
OBRAS REALIZADAS:
(Os percentuais-mês abaixo relacionados representam execução físico/financeiro das obras)

1 - Construção do Instituto Nacional de Criminalística - INC: janeiro 1,82%, fevereiro 1,95%, março 1,81%, abril 1,93%, maio 1,48%, junho 2,78%, julho 2,46%, agosto 2,34%, setembro 1,39%, outubro 1,56%, novembro 0,90%, dezembro 0%. Total de execução até dezembro de 44,00% para um total geral e 107,49% a ser realizado.

2 - Construção da Delegacia de Imperatriz - MA. Execução total em 2003 = janeiro 24,88% . Término da obra = 04.02.03 . Total da obra 124,95%.- OBRA CONCLUÍDA.

3 - Construção da Delegacia de Polícia Federal - Uberlândia-MG: janeiro 1,93%, fevereiro 0,69%, março 0,69%,abril 7,76%,maio 1,34%, junho 1,16%, julho 5,84%, agosto 18,95%, setembro 26,18% e outubro 6,87%. Total executado 123,30%. Término da obra: 17.09.2003. OBRA CONCLUÍDA.

OBS: Os percentuais do total de execução que excedem a 100% significam que os contratos sofreram aditivos, em razão da necessidade de ajuste das obras.

0671 RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA

GERENTE: MOZART RODRIGUES DA SILVA

Objetivo: Reconhecer utilidade pública federal em instituições que prestam serviços à sociedade sem interesse lucrativo

2735 (A) CASSAÇÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE E INTERESSE PÚBLICO

Produto: TITULO CASSADO Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	460,0	321,0	69,8 %	60,0	126,0	210,0 %
Financeiro	135.000	85.306	63,2 %	100.000	17.670	17,7 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça - Ministério da Justiça (0001) Físico (126,0) Financeiro (R\$ 17.670)
Conforme já mencionado no PPA de 2001 e 2002, as meta física desta ação poderia continuar a mesma de 2000, ou seja 100 entidades cassadas ao longo do ano. Com relação ao financeiro, esclarecemos que do total de R\$100.000,00 (cem mil reais) aprovados na Lei nº 10.640, foram disponibilizados apenas R\$50.575,00 (cinquenta mil, quinhentos e setenta e cinco reais). Esclareço que a demora na liberação da totalização dos recursos prejudica de sobremaneira a realização da meta financeira, podendo comprometer todo o Programa.
Esclareço que ainda não foi executado o financeiro, uma vez que estamos aguardando a conclusão dos processos licitatórios para aquisição de equipamentos de informática (computadores, impressoras e outros) e de mobiliário, para procedermos o repasse dos recursos que encontram-se disponibilizados para este Programa/Ação.

Finalmente informo que no dia 1º de abril de 2003, por meio do MEMO/MJ/SNJ/CGJCTQ Nº 36/2003, foi disponibilizado R\$660,00(Seiscentos e sessenta reais) para Coordenação-Geral de Logística, para aquisição de material de pintura das salas.

2737 (A) CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE E INTERESSE PÚBLICO

Produto: TITULO CONCEDIDO Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	4.750,0	4.122,0	86,8 %	500,0	1.662,0	332,4 %
Financeiro	190.000	122.281	64,4 %	100.000	11.440	11,4 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça - Ministério da Justiça (0001) Físico (1.662,0) Financeiro (R\$ 11.440)
Com relação ao financeiro, esclarecemos que do total de R\$100.000,00 (cem mil reais) aprovados na Lei nº 10.640, foram disponibilizados apenas R\$40.575,00 (quarenta mil, quinhentos e setenta e cinco reais). A demora na liberação dos recursos prejudica de sobremaneira a realização da meta financeira, podendo comprometer todo o Programa.
Esclareço que ainda não foi executado o financeiro, uma vez que estamos aguardando a conclusão dos processos licitatórios para aquisição de equipamentos de informática (computadores, impressoras e outros) e de mobiliário, para procedermos o repasse dos recursos que encontram-se disponibilizados para este Programa/Ação.

Finalmente informo que no dia 03 de outubro de 2003, por meio do MEMO/MJ/SNJ/DJCTQ Nº 100/2003, foi disponibilizado R\$20.000,00 (vinte mil reais) para Coordenação-Geral de Logística.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

30000 Ministério da Justiça

0661 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

GERENTE: CLAYTON ALFREDO NUNES

Objetivo: Reduzir o déficit de vagas nas penitenciárias e promover a reintegração do preso à sociedade

2698 (A) ASSISTÊNCIA AO PRESO, À VÍTIMA E AO EGRESSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Produto:	PESSOA ASSISTIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	95.066,0	95.066,0	100,0 %	239.467,0	60.826,0	25,4 %
Financeiro	7.641.670	7.641.670	100,0 %	6.165.000	2.625.245	42,6 %

Comentários:

Nacional - Fundo Penitenciário Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0001) Físico (35.320,0) Financeiro (R\$ 1.307.236)
O financeiro do mês de setembro refere-se à descentralização de crédito para atender a Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.778, de 9 de setembro de 2003, que estabeleceu o repasse aos Estados de MG, PE, PR, RJ e SP, para atender despesas de atenção básica à saúde, prestadas por um período de três meses.
Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) - Fundo Penitenciário Nacional (0291) Físico (25.506,0) Financeiro (R\$ 1.318.009)
Cerca de 18% da dotação orçamentária autorizada permaneceu indisponível quando do encerramento do exercício.

1844 (P) CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS

Produto:	VAGA CRIADA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	58.657,0	55.861,0	95,2 %	14.120,0	9.229,0	65,4 %
Financeiro	528.768.626	528.768.626	100,0 %	186.935.267	108.533.253	58,1 %

Comentários:

Nacional - Fundo Penitenciário Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0001) Físico (5.631,0) Financeiro (R\$ 74.293.015)
Cerca de 10% da dotação autorizada permaneceu indisponível no fechamento do exercício. Parte dos equipamentos adquiridos no programa de trabalho 14.421.0661.1701.0001 - Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais foi adquirida com recursos deste subítulo.
No Estado de Pernambuco - Fundo Penitenciário Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0006) Físico (170,0) Financeiro (R\$ 2.839.876)
Cerca de 5% da ação permaneceu indisponível no fechamento do exercício, em função do gerenciamento, pelo Ministério da Justiça, do limite de movimentação e empenho imposto pelo Decreto de Programação Financeira.
No Estado de Goiás - Fundo Penitenciário Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0014) Físico (24,0) Financeiro (R\$ 425.903)
Cerca de 57% da dotação autorizada encerrou o exercício indisponível, em razão do gerenciamento, pelo MJ, dos limites de movimentação e empenho impostos pelo Decreto de Programação Financeira.
No Estado do Mato Grosso do Sul - Fundo Penitenciário Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0016) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 935.976)
O desembolso refere-se a reformas de estabelecimentos penais, não gerando, portanto, meta física.
No Estado do Ceará - Fundo Penitenciário Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0023) Físico (120,0) Financeiro (R\$ 585.000)
Cerca de 80% da dotação orçamentária autorizada encerrou o exercício indisponível, em razão do gerenciamento, pelo MJ, dos limites de movimentação e empenho impostos pelo Decreto de Programação Financeira.
No Estado de Minas Gerais - Fundo Penitenciário Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0031) Físico (510,0) Financeiro (R\$ 8.947.466)
Cerca de 68% da dotação orçamentária autorizada permaneceu indisponível quando do encerramento do exercício, em função do gerenciamento, pelo MJ, dos limites de movimentação e empenho impostos pelo Decreto de Programação Financeira.
No Estado de São Paulo - Fundo Penitenciário Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0035) Físico (2.520,0) Financeiro (R\$ 17.910.810)
Cerca de 64% da dotação orçamentária autorizada encerrou o exercício indisponível.
No Estado do Rio Grande do Sul - Fundo Penitenciário Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0043) Físico (254,0) Financeiro (R\$ 2.595.207)
Cerca de 13% da dotação orçamentária autorizada encerrou o exercício em indisponibilidade.

2727 (A) PROFISSIONALIZAÇÃO DO PRESO

Produto:	PRESO PROFISSIONALIZADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	22.758,0	22.758,0	100,0 %	1.000,0	650,0	65,0 %
Financeiro	16.133.550	8.907.967	55,2 %	200.000	126.631	63,3 %

Comentários:

Nacional - Fundo Penitenciário Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0001) Físico (650,0) Financeiro (R\$ 126.631)
A meta física ficou aquém daquela prevista inicialmente em função da indisponibilidade de recursos decorrente das restrições dos limites de movimentação e empenho.
O valor realizado em março refere-se ao pagamento de complementação da segunda parcela do contrato 02/2002 paga a menor - Telecurso 2000 nos Presídios de São Paulo. Assim, a meta física gerada pelo contrato foi contabilizada no exercício anterior.

1701 (P) REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS

Produto:	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	1.002,0	1.002,0	100,0 %	90,0	550,0	611,1 %
Financeiro	15.500.000	13.210.781	85,2 %	4.500.000	2.846.202	63,2 %

Comentários:

Nacional - Fundo Penitenciário Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0001) Físico (550,0) Financeiro (R\$ 2.846.202)
Além dos 550 equipamentos adquiridos nesta ação, foram adquiridos mais 124 equipamentos com recursos da programação 14.421.0661.1844.0001 - construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais - totalizando 674 equipamentos adquiridos.

2730 (A) SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS

Produto:	APENADO BENEFICIADO	Unidade de Medida:	UNIDADE
----------	---------------------	--------------------	---------

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

30000 Ministério da Justiça

Físico	30.267,0	30.267,0	100,0 %	3.335,0	1.420,0	42,6 %
Financeiro	14.383.000	8.078.698	56,2 %	3.500.000	461.684	13,2 %

Comentários:

Nacional - Fundo Penitenciário Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0001) Físico (1.202,0) Financeiro (R\$ 381.912)
A capacidade de acompanhamento da aplicação de penas alternativas não é diretamente proporcional ao recurso dispendido, razão esta que justifica a variação da meta física em relação à previsão inicial.
Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) - Fundo Penitenciário Nacional (0291) Físico (218,0) Financeiro (R\$ 79.772)
A capacidade de acompanhamento da aplicação de penas alternativas não é diretamente proporcional ao recurso dispendido, razão esta que justifica a variação da meta física em relação à previsão inicial.

0666 SEGURANÇA DO CIDADÃO

GERENTE: MIGUEL LIBÓRIO CAVALCANTE NETO

Objetivo: Reduzir a criminalidade

7807 (P) IMPLANTAÇÃO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA

Produto: POLICIA COMUNITARIA IMPLANTADA Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	126,0	126,0	100,0 %	22,0	11,0	50,0 %
Financeiro	250.859.041	250.859.041	100,0 %	63.586.700	27.512.747	43,3 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP (0001) Físico (11,0) Financeiro (R\$ 27.512.747)
Com o contingenciamento do orçamento do FNSP não foi possível atender 100% da meta prevista durante o exercício. Os Estados e municípios beneficiados são: AC, AP, CE, GO, MA, MG, PA, PE, SE, Resende/RJ e São Paulo/SP, totalizando 17 projetos conveniados. Deste montante, 09 foram contemplados no exercício de 2003, e 08 deles ficaram inscritos em restos a pagar (ver lapela - restos a pagar).

7805 (P) INTENSIFICAÇÃO DO POLICIAMENTO EM ÁREAS CRÍTICAS

Produto: AREA CRITICA ATENDIDA Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	15.057,0	78,0	0,5 %	27,0	21,0	77,8 %
Financeiro	614.331.716	614.331.716	100,0 %	158.045.584	135.288.985	85,6 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP (0001) Físico (21,0) Financeiro (R\$ 135.288.985)
Devido ao contingenciamento do orçamento do FNSP não foi possível atingir 100% da meta prevista. Porém, 21 Estados foram beneficiados: AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RN, RS, RJ, RO, SP e SE, totalizando um número de 32 projetos conveniados. Deste montante, apenas 12 projetos foram contemplados no exercício 2003, ficando ainda 20 deles inscritos em restos a pagar (ver lapela - restos a pagar).

7797 (P) REAPARELHAMENTO DAS POLÍCIAS ESTADUAIS E GUARDAS MUNICIPAIS

Produto: POLICIA ESTADUAL/GUARDA MUNICIF Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	119,0	119,0	100,0 %	45,0	32,0	71,1 %
Financeiro	285.295.457	285.295.457	100,0 %	143.574.831	124.330.137	86,6 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP (0001) Físico (27,0) Financeiro (R\$ 108.974.033)
Devido ao contingenciamento do orçamento do FNSP não foi possível atingir 100% da meta prevista. Porém, 27 unidades foram reaparelhadas: AC, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MT, MS, PA, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP, SE, TO, e os municípios de Piracicaba/SP, Diadema/SP, São Paulo/SP, Resende/RJ e Paracambi/RJ, totalizando um número de 53 projetos conveniados. Deste montante, 18 projetos foram contemplados no exercício 2003, ficando 35 deles inscritos em restos a pagar (ver lapela - Restos a Pagar).
Polícia Civil do Distrito Federal - Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP (0010) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 100.000)
Trata-se de Emenda Parlamentar do Distrito Federal inscrita em restos a pagar.
Unidades Policiais e Corpo de Bombeiros no Estado de Minas Gerais - Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP (0028) Físico (2,0) Financeiro (R\$ 9.460.104)
O Estado de Minas Gerais está inscrito em restos a pagar.
Polícia Civil do Distrito Federal - Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP (0032) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 700.000)
O Distrito Federal está inscrito em restos a pagar.
no Estado do Espírito Santo - Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP (0034) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 5.096.000)
O Estado do Espírito Santo foi contemplado no exercício 2003.

0663 SEGURANÇA NAS RODOVIAS FEDERAIS

GERENTE: MARCELO GLADSON PIRES

Objetivo: Reduzir a incidência de acidentes de trânsito nas rodovias federais

1700 (P) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O PATRULHAMENTO DAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS

Produto: EQUIPAMENTO ADQUIRIDO Unidade de Medida: UNIDADE

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

30000 Ministério da Justiça

Físico	1.100,0	765,0	69,5 %	2.600,0	336,0	12,9 %
Financeiro	27.436.140	27.436.140	100,0 %	5.448.160	5.356.393	98,3 %

Comentários:

Nacional - Departamento de Polícia Rodoviária Federal - Departamento de Polícia Rodoviária Federal (0001) Físico (336,0) Financeiro (R\$ 5.356.393)
Informamos que dentro os equipamentos utilizados para patrulhamento existem pequenos equipamento de são aduirdos em grande quantidade a um pequeno custo, por isso talvez o produto informado na proposta nao bata com o número de equipamento adquiridos.Como exemplo: no mês de setembro um regional adquiriu 200 cones e depositos de materiais em geral, elevando desta forma o número de equipamentos.No entanto, nesta ação podemos adquirir qualquer tipo de equipamento que seja necessario para o policiamento.
Como exemplo de equipamento ja aduirdo em 2003: 6 depositos de combustível para Helicóptero, 200 cones, depositos de materiais diversos,7 transformadores, 07 veículos tipo pipa para apagar incêndio na beira da estrada em periodo de seca,rádios de comunicação móvel,30 extitores de incêndio, alguns moveis de postos de fiscalização.
Ressaltamos que o fato de até o momento só termos executado somente 10,93 do orçamento se deu em virtude desta ação orçamentaria ter permanecido contingenciada em 90% até o mês 10.
Ressaltamos que ja temos processos licitatorios para compra de armas,coletes e veículos especiais que serão executados até 31/12/03 nesta ação.

7061 (P) AQUISIÇÃO DE VIATURAS E VEÍCULOS ESPECIAIS PARA PATRULHAMENTO DAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS

Produto: VEICULO ADQUIRIDO Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	820,0	820,0	100,0 %	483,0	2,0	0,4 %
Financeiro	32.775.000	25.111.040	76,6 %	12.500.000	12.500.000	100,0 %

Comentários:

Nacional - Departamento de Polícia Rodoviária Federal - Departamento de Polícia Rodoviária Federal (0001) Físico (2,0) Financeiro (R\$ 12.500.000)
Informamos que devido ao contingenciamento orçamentario só agora estamos realizando processo licitatorio para adquirir pelo menos 100 veículos pequenos para patrulhamento.

1798 (P) IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Produto: SISTEMA IMPLANTADO Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA

Físico	100,0	100,0	100,0 %	58,0	15,0	25,9 %
Financeiro	3.311.840	2.391.109	72,2 %	451.840	381.803	84,5 %

Comentários:

Nacional - Departamento de Polícia Rodoviária Federal - Departamento de Polícia Rodoviária Federal (0001) Físico (15,0) Financeiro (R\$ 381.803)
Informamos que nesta ação só conseguimos adquirir 10 computadores e cinco maquinas fotograficas para o núcleos de todo o pais que deveriam esta bem equipados para auxiliar as atividades da area de operação que necessita por demais de informações para desencadear suas operações de combate aos roubo de cargas ,assalto a onibus de passageiro e combate ao tráfico de drogas.
OBS esta ação permaneceu bloqueada durante quase todo o exercício.

1835 (P) MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Produto: EQUIPAMENTO ADQUIRIDO Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	1.360,0	866,0	63,7 %	600,0	27,0	4,5 %
Financeiro	3.817.549	3.817.549	100,0 %	1.180.000	1.027.064	87,0 %

Comentários:

Nacional - Departamento de Polícia Rodoviária Federal - Departamento de Polícia Rodoviária Federal (0001) Físico (27,0) Financeiro (R\$ 1.027.064)
Nesta ação só conseguimos adquirir até o momento 04 radios moveis, 08 tores, 07 repetidoras, 08 radios fixos.Esta ação é de suma importância para a PRF , no entanto, ficamos impedidos de executá-la no execicio 2003.

2723 (A) PATRULHAMENTO OSTENSIVO E CONTROLE DE TRÂNSITO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS

Produto: RODOVIA PATRULHADA Unidade de Medida: KM

Físico	220.000,0	184.583,0	83,9 %	69.000,0	67.583,0	97,9 %
Financeiro	157.248.941	157.248.941	100,0 %	38.116.357	37.712.344	98,9 %

Comentários:

Nacional - Departamento de Polícia Rodoviária Federal - Departamento de Polícia Rodoviária Federal (0001) Físico (67.583,0) Financeiro (R\$ 37.712.344)
Informamos que nesta ação são efetuados gastos com todo o combustível que policia utiliza com susa viaturas e aeronaves, assim como a manutenção de viaturas e aeronaves. Portanto, até a data de 01/10/03 ja foram gastos 7.499.710 litros de combustível entre Acool,Diesel,querosene,óleo de motor e foi feita a manutenção em aproximadamente 380 viaturas. A magnitude da Ação Patrulhamento Ostensivo e Controle de Trânsito nas Rodovias e Estradas Federais repercute em toda estrutura da organização, resultante do entrelaçamento de todas as atividades operacionais da Instituição, e extremamente vulnerável às limitações orçamentárias estabelecidas pelo Governo Federal. Reportando-se aos critérios orçamentários adotados neste exercício, pela atual equipe de Governo, consignamos que a insuficiência de recursos orçamentários determinou à Administração Central do DPRF/MJ a busca de mecanismos alternativos de gestão, que nos possibilitassem a eficácia e economicidade dos recursos destinados a esta centralizadora. Os recursos orçamentários advindos do Governo Federal, por motivo de contingenciamento, começaram a ser liberados a partir de novembro de 2003, mediante aprovação de Crédito do Tipo Suplementar, através do PL nº 56/2003, acarretando problemas de ordem administrativa e legal, pois algumas Unidades que apresentaram projetos no decorrer do exercício se mostraram inabilitadas para receber estes recursos por exigüidade temporal; incorrer em falha de planejamento apontada pelas equipes de auditorias regionais; falta de condições de comprovar as despesas dentro do exercício corrente; incapacidade de realizar certame licitatório na modalidade de Pregão. Apenas as unidades que possuíam estruturas administrativas e financeiras ajustadas tiveram condições de gerenciar os recursos orçamentários descontinenciados, destacando-se as Unidades jurisdicionadas dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Ceará, Maranhão e Distrito Federal. Desta forma, contribuímos para que as conseqüências advindas do contingenciamento orçamentário não trouxessem maiores impactos sob a manutenção das atividades da corporação, tampouco maculassem a política social do

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
Ação:						

30000 Ministério da Justiça

Governo Federal, acarretando a incidência das seguintes situações:

- Descontinuidade nos Programas e Planos Institucionais de controle da criminalidade e redução do número de acidentes de trânsito em rodovias federais;
- Comprometimento dos objetivos do Plano Nacional de Segurança Pública, executados pela Polícia Rodoviária Federal;
- Interrupção da execução das despesas em custeio e investimento dos processos em andamento nesta Unidade;
- Descrença nos programas e ações descritas nas políticas sociais do Governo Federal executada pela Instituição, comprometendo a imagem institucional da Corporação no contexto social;
- Obsoletismo Institucional, tornando a PRF em uma estrutura organizacional inadequada a atender os anseios e perspectivas sociais;

A mobilização da estrutura administrativa, no final de semana que antecedeu a data limite de 12 de dezembro, data estabelecida pelo Decreto Presidencial de nº 4900/2003, sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Administração do DPRF, alocou todos os recursos provisionados consumando a aquisição de veículos, motocicletas, computadores, notebooks, software e sistemas de rede, dentre outras demandas reprimidas ao longo do exercício, nas modalidades de Pregão e Carta Convite, onde registramos a seguinte movimentação de recursos orçamentários dentro do exercício.

Cabe-nos ressaltar que, quanto aos impactos da Ação sobre o público-alvo, restaram comprometidos em função dos diversos contingenciamentos efetivados ao longo do exercício, impossibilitaram o desenvolvimento adequado das ações, gerando remanejamentos orçamentários, entraves administrativos junto a Advocacia-Geral da União, a quem compete exarar parecer consultivo sobre a gestão dos recursos, e a descontinuidade das metas pré-estabelecidas pelas Ações programáticas. Gerando uma expectativa ao final do último bimestre do ano, não atendida, gerou um aumento do número de despesas inscritas em Restos a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores.

Resumo Geral do Relatório Operacional Diário - Comparativo 2002/2003
NUMERO DE ACIDENTES REGISTRADOS EM RODOVIAS FEDERAIS - ANO 2002
Com Vítimas Sem Vítimas Total Feridos Mortos
35.097 65.662 100.759 54.664 5.982
NUMERO DE ACIDENTES REGISTRADOS EM RODOVIAS FEDERAIS - ANO 2003
Com Vítimas Sem Vítimas Total Feridos Mortos
37.620 64.359 101.979 59.085 5.672

0151 TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS

GERENTE: REGINA CELIA FONSECA SILVA

Objetivo: Proteger a integridade territorial e o patrimônio cultural e ambiental das sociedades indígenas

2235 (A) DEMARCAÇÃO E AVIVENTAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Produto:	TERRA INDIGENA DEMARCADA	Unidade de Medida:	HA			
Físico	12.962.180,0	12.962.180,0	100,0 %	568.315,0	536.847,0	94,5 %
Financeiro	9.743.600	7.406.859	76,0 %	2.100.000	2.054.491	97,8 %

Comentários:

Nacional - Fundação Nacional do Índio - FUNAI - Fundação Nacional do Índio - FUNAI (0001) Físico (536.847,0) Financeiro (R\$ 2.054.491)
Terras Indígenas Demarcadas:
TI Panambizinho/MS: 1273 ha
No mês de outubro foi concluída a demarcação da Terra Indígena Kaxinawa Seringal Independência e realizada a aviventação de limites da Terra Indígena Caru

TI Juma/AM: 38351 ha

Terras Indígenas Aviventadas:
TI Cana Brava Guajajara/MA: 137.330 ha
TI Rodeador/MA: 2.319 ha
TI Urucu Jurá/AM: 2.319 ha

Terras Indígenas em processo de demarcação:
TI Baú/PA: 1.850.000 ha

Terras Indígenas em Processo de Licitação:
TI Rio Omerê/RO
TI Toldo Chimbangue II/SC
TI Nhanduru Marangatu/MS

No mês de setembro foi concluída a demarcação física da Terra Indígena SERRINHA, situada no Estado do Rio Grande do Sul
No mês de dezembro foi concluída a aviventação dos limites da Terra Indígena Kaxarari

4390 (A) REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS INDÍGENAS

Produto:	REGULARIZACAO EFETIVADA	Unidade de Medida:	HA			
Físico	16.599.991,0	16.599.991,0	100,0 %	4.299.452,0	3.710.909,0	86,3 %
Financeiro	93.910.572	93.910.572	100,0 %	25.453.000	22.383.840	87,9 %

Comentários:

Nacional - Fundação Nacional do Índio - FUNAI - Fundação Nacional do Índio - FUNAI (0001) Físico (512.398,0) Financeiro (R\$ 18.340.697)
Compete à União demarcar e proteger as terras de uso tradicional indígena. No processo de regularização de um território não se pode considerar a sua conclusão fundiária sem que as terras estejam devidamente liberadas de terceiros. Nesse contexto esta ação atende o preceito constitucional no que tange a garantir a posse e usufruto dos índios e suas terras retirando esses ocupantes mediante indenização de benfeitoria. De acordo com a legislação são passíveis de indenização as benfeitorias construídas em terras indígenas derivadas de ocupação de boa fé. Em sua maioria os recursos previstos nesta ação são aplicados na extrusão desse ocupantes não índios.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

30000 Ministério da Justiça

Segundo Memo Nº 899/DAF de 02.12.03, encontra-se em andamento o Levantamento Fundiário das seguintes Terras Indígenas : Fulni-ô, Xetá, Xucuru-kariri, Potiguar Monte-Mor. Foi concluído o trabalho de campo referente ao levantamento fundiário da Terra Indígena Krahô-Kanela, estando o GT em fase de conclusão do Relatório

Na Amazônia Legal - Pptal/ppg-7 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI (0081) Físico (3.198.511,0) Financeiro (R\$ 4.043.143)
Segundo Memo Nº 292/CTPPAL, com recursos do PPPTAL foi possível, no ano de 2003 a realização das seguintes ações :
Identificação - 12 Terras Indígenas com processo de identificação iniciados e 55 terras com processo de identificação em andamento (incluídas as 12 terras já registradas anteriormente)
Demarcação : 08 Terras com processo de demarcação iniciados (Tabalascada - RR, São Francisco do Canamari - AM , Maranduba - PA, Curuaya- PA, Cunchã/Sapucaí-AM, Arara do Igarapé Humaitá - AC , Zo´é -PA, (ainda com processo de demarcação apenas no limite sul)
Homologação e Registro : 34 Terras aguardando homologação e registro no CRI e SPU.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004